



VARIA

Artigo



**A PERCEÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* SOBRE O TURISMO  
SEXUAL EM PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS – O CASO DA  
GUINÉ-BISSAU**

***STAKEHOLDERS' PERCEPTIONS OF SEX TOURISM IN LESS DEVELOPED  
COUNTRIES – THE CASE OF GUINEA-BISSAU***

***LA PERCEPTION du TOURISME SEXUEL DANS LES PAYS MOINS  
DÉVELOPPÉS PAR LES STAKEHOLDERS – LE CAS DE LA GUINÉE BISSAU***

*Por Andreia Maria dos Santos Martins & Claudete Oliveira Moreira*

*Andreia Maria dos Santos Martins.*  
Mestre em Turismo, Território e  
Patrimónios, Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra, Portugal.  
<https://orcid.org/0009-0000-9657-2772>  
Contato: [martinsandreia1995@gmail.com](mailto:martinsandreia1995@gmail.com)

*Claudete Oliveira Moreira*  
Professora, Universidade de Coimbra,  
CEGOT, Portugal  
<http://orcid.org/0000-0002-9188-191X>  
Contato: [claudete@fl.uc.pt](mailto:claudete@fl.uc.pt)

Recebido: 17/08/2023

Aceite: 05/09/2023

**Como citar:**

MARTINS, A. M. dos S.; MOREIRA, C. O.  
A percepção dos *stakeholders* sobre o turismo  
sexual em países menos desenvolvidos – O  
caso da Guiné-Bissau. **Boletim GeoÁfrica**,  
v. 2, n. 8, p. 148-166, out-dez. 2023.



**RESUMO.** Diversos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento percebem o turismo como um meio para atingir o desenvolvimento ambicionado. Contudo, este nem sempre é sustentável, observando-se por vezes o surgimento e intensificação de determinados problemas e desafios. Perante situações de extrema pobreza e baixos níveis de educação, várias comunidades percebem o turismo sexual, incluindo o infantil, como uma forma de contornar a sua situação económica e social. O objetivo desta investigação é analisar a percepção de diferentes *stakeholders* da Guiné-Bissau sobre o turismo sexual no país e apontar estratégias de ação e de prevenção adequadas ao território, otimizando o turismo para o seu desenvolvimento sustentável. Foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas, entre 13 de maio e 15 de outubro de 2022, a diferentes *stakeholders* do país, segundo o modelo da quintupla hélice. Os resultados revelam (i) que apesar do turismo sexual ser apontado como uma das desvantagens do desenvolvimento turístico no país, a sua menção não é consensual, (ii) as causas enumeradas são a pobreza, o baixo nível de escolaridade e a fraca governança e (iii) a concentração do fenómeno no Arquipélago dos Bijagós, região com maior investimento turístico estrangeiro no país, com elevados níveis de pobreza e geograficamente isolada.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Turismo sexual. Quintupla hélice. Bijagós. Guiné-Bissau.

**ABSTRACT.** Many least developed and developing countries perceive tourism as a way of achieving their desired development. However, this is not always sustainable, and certain problems and challenges arise and intensify. Faced with extreme poverty and low levels of education, many communities perceive sex tourism, particularly child sex tourism, as a way of getting around their economic and social situation. The aim of this research is to analyse the perceptions of different stakeholders in Guinea-Bissau about sex tourism in the country and to identify appropriate action and prevention strategies for the territory, optimising tourism for its sustainable development. Between May 13<sup>th</sup> and October 15<sup>th</sup> of 2022, 21 semi-structured interviews were conducted with different stakeholders in the country, using the quintuple helix model. The results show that (i) although sex tourism is mentioned as one of the disadvantages of tourism development in the country, there is no consensus on its mention, (ii) the causes listed are poverty, low levels of education and poor governance and (iii) the phenomenon is concentrated in the Bijagós Archipelago, a region with the highest foreign tourism investment in the country, with high levels of poverty and geographically isolated.

**Keywords:** Sustainable development. Sex tourism. Quintuple helix. Bijagós. Guinea-Bissau.

**RÉSUMÉ.** De nombreux pays moins développés et en développement perçoivent le tourisme comme un moyen d'atteindre le développement souhaité. Cependant, ce n'est pas toujours durable, et certains problèmes et défis surgissent parfois et s'intensifient. Confrontées à une extrême pauvreté et à un faible niveau d'éducation, de nombreuses communautés perçoivent le tourisme sexuel, en particulier le tourisme sexuel impliquant des enfants, comme un moyen de remédier à leur situation économique et sociale. L'objectif de cette recherche est d'analyser les perceptions des différents acteurs de Guinée-Bissau sur le tourisme sexuel dans le pays et d'identifier des stratégies d'action et de prévention appropriées pour le territoire, en optimisant le tourisme pour son développement durable. Entre le 13 mai et le 15 octobre 2022, 21 entretiens semi-structurés ont été menés avec différents acteurs du pays, en utilisant le modèle de l'hélice à cinq branches. Les résultats montrent que (i) bien que le tourisme sexuel soit mentionné comme l'un des inconvénients du développement touristique dans le pays, il n'y a pas de consensus sur sa mention, (ii) les causes citées sont la pauvreté, le faible niveau d'éducation et la mauvaise gouvernance et (iii) le phénomène se concentre dans l'archipel des Bijagós, une région où les investissements touristiques étrangers sont les plus élevés dans le pays, avec des niveaux de pauvreté élevés et géographiquement isolée.

**Mots-clés:** Développement durable. Tourisme sexuel. Quintuple hélice. Bijagós. Guinée-Bissau.



## INTRODUÇÃO

O turismo tem desempenhado, nas últimas décadas, uma extrema importância para diversas economias mundiais, apresentando tendências de crescimento e, conseqüente, investimento por parte dos órgãos governamentais. Perante esta conjuntura atual, diversos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento perspetivam o turismo como um meio para atingir o desenvolvimento ambicionado. Contudo, este desenvolvimento não é sinónimo de desenvolvimento sustentável, observando-se por vezes a tendência inversa, com o surgimento e intensificação de determinados problemas sociais e desafios. Um dos problemas sociais observados é o turismo sexual, sendo dominante o turismo sexual infantil. A extrema pobreza, os baixos níveis de educação, levam a que várias comunidades percecionem este tipo de turismo como uma forma de contornar a sua situação económico-social. No contexto deste turismo, o turismo sexual infantil – Exploitation of Children in Travel and Tourism (SECTT) – tem merecido alguma atenção por parte da comunidade científica (MARRAZZO, 2005; SPURRIER, 2020; ALAMINEH, *et al.*, 2023).

O objetivo desta investigação é analisar a perceção dos diferentes agentes e grupos de interesse da Guiné-Bissau sobre o turismo sexual no país e apontar estratégias de ação e prevenção adequadas, otimizando o turismo para o desenvolvimento sustentável do território. Começa por se abordar o turismo sexual, conferindo-se especial atenção ao turismo sexual infantil, fazendo-se referência aos mecanismos legais internacionais de ação. De seguida é apresentado o caso em estudo: a Guiné-Bissau. Clarifica-se a metodologia e a técnica de investigação adotada, a entrevista semiestruturada. Foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas, entre 13 de maio e 15 de outubro de 2022, a diferentes *stakeholders* do país, de acordo com o modelo da quintupla hélice, categorizados por academia, agentes privados, públicos e ambientais e sociedade civil (locais e turistas). Apresentam-se e discutem-se os resultados e conclui-se sobre aspetos teóricos, empíricos, limitações e perspetivas de futuro.

## TURISMO SEXUAL

### Enquadramento

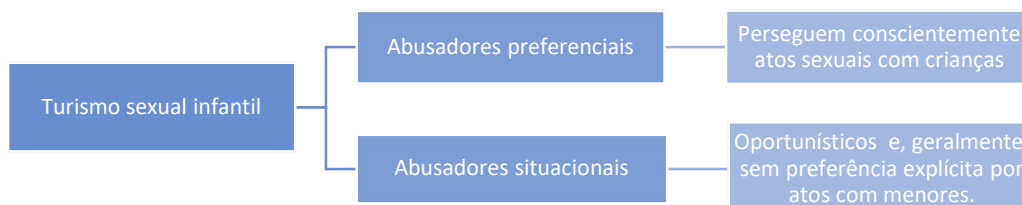
O turismo sexual, comumente entendido como a prática de viajar com o objetivo de envolvimento sexual com comunidades locais do país de destino (CARTER; CLIFT, 2000), não tem uma definição consensual por parte dos investigadores desta realidade, sendo que a primeira dificuldade de definição passa pela motivação. Por um lado, apresentam-se defensores de que deverá ser considerado turismo sexual quando a motivação principal da viagem é o envolvimento em relações sexuais comerciais e, por outro, existem investigadores que expõem a complexidade do fenómeno, alargando e flexibilizando o leque de motivações, por práticas que podem ser comerciais, ou não, e que podem ser sexuais ou românticas (SPENCER; BEAN, 2017). Deste modo, é importante reter que o turismo sexual não diz, exclusivamente, respeito à prostituição. Neste contexto, alguns estudos foram realizados com o intuito de detetar um possível padrão de género nas diferentes motivações e, apesar da sua complexidade e das inúmeras variáveis, como os aspetos culturais dos países de origem e de destino, identifica-se haver uma maior motivação romântica no sexo feminino, e uma maior motivação sexual no sexo masculino (HEROLD; GARCIA; DEMOYA, 2001).

Esta prática é comum não só em países menos desenvolvidos (NYANZI; ROSENBERG-JALLOW, *et al.*, 2005; TRAFFICKING IN PERSONS - U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2023), como também em países em desenvolvimento, principalmente na Ásia (CHEMIN; MBIKOP, 2015; ECPAT; UNICEF, 2015) e nas Caraíbas (PRUITT; LAFONT, 1995; SPENCER; BEAN, 2017), que ainda contam com profundas desigualdades sociais e elevados níveis de pobreza.

Ao desafio do turismo sexual junta-se ainda o turismo sexual infantil (BAH; ARTARIA; SUEN, 2022; O'CONNELL DAVIDSON, 2000), definido como a exploração de crianças por parte de pessoas que viajam de um local para outro para, aí, praticarem atos sexuais com menores (END CHILD PROSTITUTION, CHILD PORNOGRAPHY AND TRAFFICKING OF CHILDREN FOR SEXUAL PURPOSES, 2006). De acordo com diversos autores (YANG; KHOO, *et al.*, 2023; YANG, M.; YANG, E., *et al.*, 2019) as crianças exploradas sexualmente em contextos turísticos têm sido negligenciadas pela academia.

O'Connell Davidson defende a distinção dos turistas sexuais de menores em dois grupos, os abusadores preferenciais e os abusadores situacionais, tal como representado na Figura 1. Os abusadores preferenciais viajam com o objetivo consciente de se envolverem sexualmente com menores, beneficiando do seu anonimato nos países de destino, do fácil acesso às vítimas, devido às frequentes situações de extrema pobreza, à ausente legislação que criminalize os seus atos, assim como às débeis estruturas de segurança pública. O turista situacional pode não viajar com esse objetivo, nem possuir uma preferência explícita por menores de idade, podendo envolver-se com adultos e menores durante a sua estada. Os abusadores incluídos neste último tipo frequentemente iludem-se sobre a natureza das suas ações, negando muitas vezes os atos como crimes, racionalizando o seu comportamento e vendo o sexo com menores como uma norma cultural e apoiando-se no argumento do apoio financeiro que providenciam às vítimas (como é referido por NEWMAN, *et al.*, 2011). Esta distinção revela-se interessante e plausível de ser aplicada ao turismo sexual, no geral, com praticantes de preferenciais e situacionais.

Figura 1. Distinção dos tipos de turismo sexual infantil



Fonte: elaboração das autoras, com base em dados disponibilizados em NEWMAN, *et al.* (2011).

### Mecanismos legais internacionais de ação

Os Estados Unidos da América, um dos principais exportadores de abusadores e consumidores do turismo sexual infantil, conscientes deste enorme problema social provocado pelos seus cidadãos em países tendencialmente mais pobres, são um dos maiores investidores na investigação e criação de meios de combate ao abuso sexual de crianças. Neste contexto, o país desenvolveu uma jurisdição que permite julgar os seus cidadãos por crimes cometidos fora do território americano, isto é, em 2003 o Congresso adicionou a secção 2423 (c), como parte do *Prosecutorial Remedies and Other Tools to End the Exploitation of Children Today* (PROTECT) Act, sendo que esta subsecção



criminaliza a participação em atos sexuais com menores de 18 anos durante viagens ao estrangeiro, quer seja de natureza comercial ou não, estabelecendo jurisdição extraterritorial para os crimes (NEWMAN, *et al.*, 2011). Desde a implementação do PROTECT Act, o número de cidadãos americanos presos por turismo sexual infantil aumentou drasticamente.

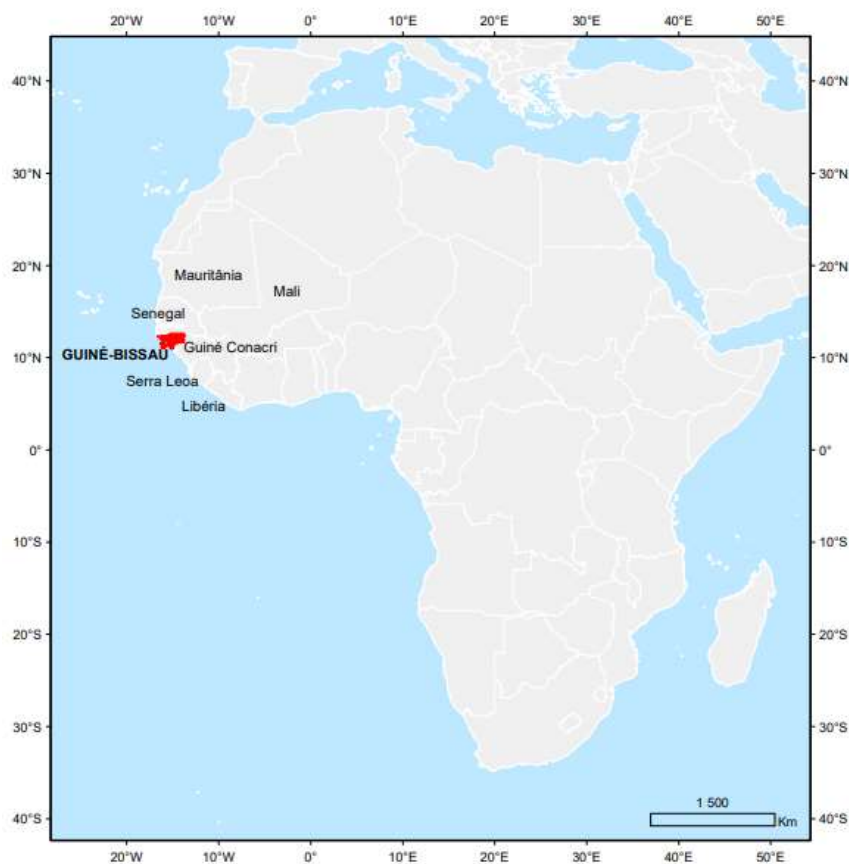
Tendo em conta o padrão dos países de destino escolhidos pelos perpetradores destes crimes, maioritariamente pobres, com variadas fragilidades sociais, débeis sistemas de segurança pública e judiciais, revela-se crucial o desenvolvimento de jurisdição extraterritorial que permita prestar auxílio à condenação de cidadãos estrangeiros por parte dos países de origem. Contudo, o desenvolvimento destas jurisdições apresenta diversos desafios, nomeadamente a discussão sobre a sua constitucionalidade, questionando-se sobre a legalidade do país de origem condenar o seu cidadão por um crime cometido num outro país, onde não existem leis que definam o abuso sexual e o abuso sexual de menores, o que, conseqüentemente, não criminaliza o ato. No caso dos EUA, pode ser citado o *United States v. Hill* (279 F. 3d 371, 2002), que defende o princípio da nacionalidade, permitindo que o país aplique os seus estatutos a atos extraterritoriais aos seus cidadãos nacionais.

Neste contexto, e perante o exemplo dos Estados Unidos, foi contactada a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), via endereço de correio eletrónico, com o intuito de apurar a existência de jurisdição europeia semelhante ao PROTECT Act 2003. Até à data, a União Europeia não dispõe de uma legislação e jurisdição comum que diga respeito a crimes de abuso sexual de menores por parte de cidadãos europeus em viagens fora do território Schengen, cabendo a cada Estado-membro desenvolver os mecanismos legais necessários, como é o exemplo da França (VAZ CABRAL, *et al.*, 2022). A UE possui, contudo, uma diretiva comum para crimes cometidos em território correspondente aos dos seus Estados-membros (“Directiva 2011/92/UE”, 2011).

## CASO EM ESTUDO: GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau, localizada na costa Ocidental do continente africano, e fazendo fronteira com o Senegal, a Norte, com a Guiné, a Este e a Sudeste, e com o Oceano Atlântico a Sul e Oeste, como representado na Figura 2, está classificada como *Least Developed Country* (LDC) – País Menos Desenvolvido – desde 1981.

Figura 2. Enquadramento geográfico da Guiné-Bissau no continente africano



Fonte: elaborado pelas autoras.

A instabilidade política do país, marcada por vários golpes de Estado, tem comprometido o seu desenvolvimento económico e social. Em 2014 a transição democrática criou novas expectativas em termos de crescimento económico e de desenvolvimento, sendo reconhecida a importância do turismo neste contexto, designadamente no Arquipélago dos Bijagós principal destino turístico, com vários empreendimentos, sobretudo, nas ilhas de Rubane e Bubaque, com um turismo orientado para a pesca desportiva e para o ecoturismo (OZORIO; LIMA, 2019).

O flagelo do turismo sexual nos países menos desenvolvidos afeta a Guiné-Bissau e representa uma das grandes motivações de viagem turística para o país, principalmente para o Arquipélago dos Bijagós, tornando-se extremamente pertinente a abordagem detalhada deste tema, para o conhecimento e análise da situação atual do país em termos de atividade turística.



A extensão total do turismo sexual na Guiné-Bissau é desconhecida, porém é do conhecimento geral da sociedade civil, das ONGs, das forças de segurança nacionais e dos diferentes órgãos do governo, contudo poucas ou nenhuma são as medidas tomadas para fazer frente a esta situação. Realce-se que em 2017 um Despacho emitido pela Secretaria de Estado do Turismo da Guiné-Bissau proibia a entrada de raparigas menores de idade, não acompanhadas, nos estabelecimentos hoteleiros do Arquipélago dos Bijagós. Contudo, em 2021, a Rede de Crianças e Jovens Jornalistas (RCJJ) denunciava a existência nas ilhas de um alegado turismo sexual infantil. Em 2023 o presidente da Associação de Jovens, Filhos e Amigos das Ilhas de Bubaque, Samba Baldé, refere (DANSÓ, 2023) que o Despacho é ignorado, sendo que a prática prevalece.

Segundo um relatório realizado pelo *Trafficking in Persons (TIP) Office*, dos Estados Unidos da América, a exploração da população local para turismo sexual é mais prevalente no Arquipélago dos Bijagós do que no restante território, o que é facilitado pela distância do continente e pela tendencial ausência do governo e das forças de segurança na região. De acordo com este relatório, na maioria dos casos são cidadãos franceses, proprietários dos alojamentos nas ilhas, que, através de intermediários guineenses, exploram meninas entre os 13 e os 17 anos. O perfil do turista sexual nos Bijagós é masculino, sénior, francês e belga (TRAFFICKING IN PERSONS - U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2022), o que poderá ser causa e/ou consequência dos investidores estrangeiros hoteleiros no arquipélago. Fontes internacionais, mencionadas, mas não especificadas neste mesmo relatório, reportam que os proprietários dos alojamentos providenciam emprego e um significativo apoio à comunidade local, detendo assim uma influência sobre as vítimas e impedindo queixas às forças de segurança.

Aquando das duas visitas à Guiné-Bissau e às ilhas do Arquipélago dos Bijagós, Rubane em 2021, e Bubaque, o epicentro do turismo sexual no país, em 2022, foi possível constatar que, efetivamente grande parte dos proprietários hoteleiros são estrangeiros e de origem francesa, e confirmou-se igualmente o perfil do turista que visita a região. Quanto ao apoio às comunidades locais por parte destes investidores e facilitadores de turismo sexual como forma de domínio das vítimas, é importante referir que este apoio é, frequentemente, ilusório. Através de conversas informais com a população local, percebem-se as esperanças e ilusões que são muitas vezes criadas, principalmente com promessas de centros de saúde e serviços de educação, aos quais as comunidades locais ainda não têm acesso.





Deste modo, é imperativo desmitificar a ideia de que os operadores e consumidores do turismo sexual são agentes ativos de apoio económico às comunidades guineenses, como muitas vezes é acreditado até pelos próprios governos, que criam um ambiente de facilitismo para estas práticas, assim como é premente formar as forças de segurança pública para os mecanismos de jurisdição extraterritorial existentes. O turismo sexual na Guiné-Bissau é um entrave ao seu desenvolvimento e deverá ser considerado e lidado como tal.

Para além da questão de exploração da pobreza económica destas comunidades, examinada pelo TIP *Office*, é importante ressaltar uma matéria muitas vezes descurada nestas investigações, a herança colonial do domínio “branco”, mentalmente enraizado na população guineense. Não só prevalece na Guiné-Bissau a objetificação dos corpos “exóticos” por parte dos ocidentais brancos e o sentimento do poder para com estes mesmos, consequência das representações femininas em contexto colonial (ARAÚJO, 2014; BANDYOPADHYAY; NASCIMENTO, 2010), como é observada uma enorme submissão por parte da população, como consequência da sua mentalidade colonizada. Este termo diz respeito à atitude internalizada de inferioridade por parte de determinado grupo étnico, como resultado da sua colonização, sendo que este sentimento de inferioridade é tão ou mais importante de ser analisado em contexto de turismo sexual como o domínio económico.

No caso da Guiné-Bissau, adicionada à frágil posição social da mulher, é observada e forçada uma reiterada submissão ao ‘branco’ ocidental, e a incapacidade de, frequentemente, defender as suas liberdades individuais ou de, até mesmo, sentir que as possui. Numa conversa informal na ilha de Bubaque, um cidadão partilha que as famílias colocam, comumente, as suas filhas nesta posição por um sentimento de orgulho e superioridade por desenvolverem uma “relação com um branco”, o que revela igualmente uma distorção da natureza destas interações.

À vista destes dados, é fulcral analisar cada contexto de turismo sexual de forma individual, atendendo a diversos fatores económicos, sociais e políticos, que são seus causadores e/ou consequências, de modo a desenvolver estratégias adequadas.

## METODOLOGIA

### A entrevista semiestruturada

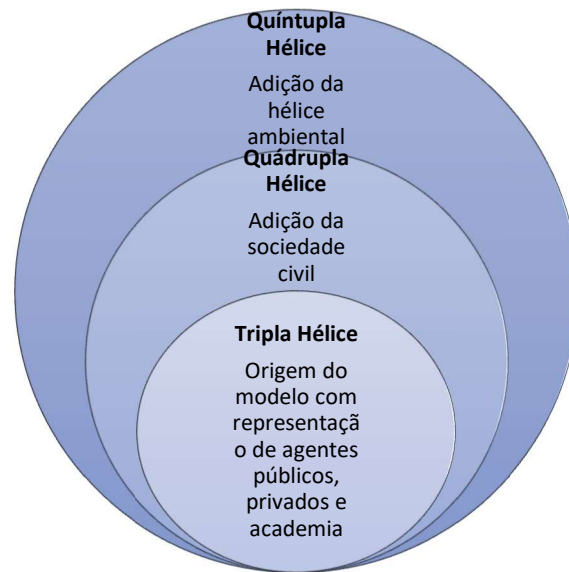
A técnica de investigação utilizada para a recolha da perceção dos *stakeholders* sobre o turismo na Guiné-Bissau foi a entrevista semiestruturada pela flexibilidade que esta possibilita (BRYMAN, 2012; HOFISI, *et al.*, 2014; VEAL, 2018) e que era, efetivamente, necessária, permitindo a possibilidade de alterar perguntas e investigar questões subjacentes, que se podem revelar pertinentes aquando da realização das entrevistas. A informação disponível sobre o turismo na Guiné-Bissau, e a perceção dos *stakeholders* sobre este mesmo, é bastante reduzida e incompleta, tornando-se imprudente desenvolver uma entrevista estruturada e/ou com questões fechadas e pré-codificadas. Neste contexto, adequava-se garantir que os entrevistados possuíam a flexibilidade necessária para expor questões que, muito provavelmente, seriam *a priori* de desconhecimento do investigador.

Neste âmbito, foi realizado um total de 21 entrevistas semiestruturadas a diversos *stakeholders* do turismo da Guiné-Bissau, divididos em 5 grupos distintos, agentes públicos e privados, academia, sociedade civil e ambiente, segundo o modelo de inovação quártupla hélice.

### O modelo da quártupla hélice

Aquando da definição do painel de entrevistados, foi escolhido o modelo de inovação da Quártupla Hélice, que compreende cinco hélices/perspetivas, agentes públicos e privados, academia, sociedade civil e ambiente. Este modelo de inovação, com origem na Tripla hélice, foi sofrendo alterações e melhorias, acompanhando a evolução socioeconómica do século XXI, tal como representado na Figura 3.

Figura 3. Evolução do modelo da tripla, da quádrupla e da quántupla hélices



Fonte: elaborado pelas autoras.

A Tripla Hélice, centrada na academia, agentes privados e governamentais, enfatiza a produção de conhecimento e inovação como resultado da interação entre instituições, academia e negócios. A Quádrupla Hélice adiciona o conhecimento/perspetiva da sociedade civil ao modelo, defendendo que, para atingir o desenvolvimento sustentável numa economia de conhecimento, é requerida uma coevolução com o conhecimento social (MARUCCIA, *et al.*, 2020).

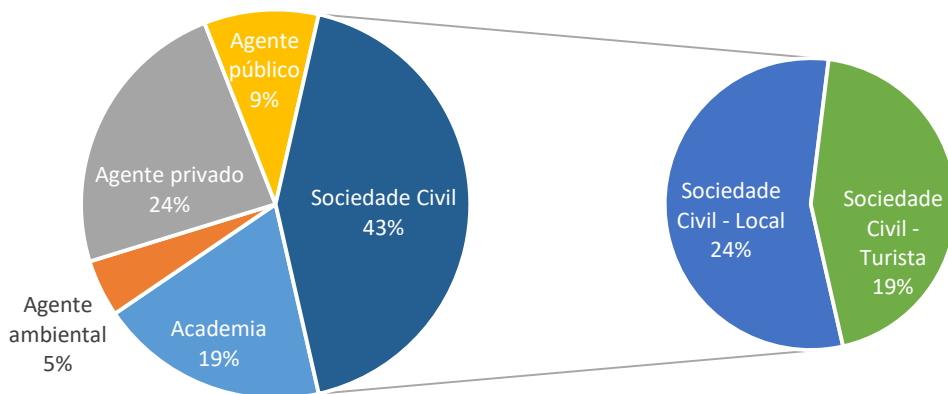
A Quántupla Hélice é o modelo mais amplo, contemplando a tripla e a quarta hélices, e adicionando a perspetiva ambiental, reforçando a necessária transição socio ecológica da economia e sociedade atuais. Perante este modelo de inovação, a sociedade e o ambiente também devem ser motores para a produção de conhecimento e inovação, definindo oportunidades para a economia de conhecimento. Descrevendo padrões de desenvolvimento regionais através da visão da quántupla hélice, observam-se as regiões como ecossistemas povoados por *stakeholders* organizacionais e instituições com interesses sociopolíticos, económicos, tecnológicos e ambientais frequentemente em conflito, e que necessitam de ser conduzidos em direção a um objetivo convergente. Isto relembra a necessidade de configurações dinâmicas nas agendas dos formuladores de políticas que funcionem como viabilizadores de um ecossistema empreendedor, baseado

no conhecimento e *clusters* tecnológicos, universidades e redes de inovação (MARUCCIA, *et al.*, 2020).

### Caracterização do painel de entrevistados

A caracterização do painel de entrevistados incluiu informação sociodemográfica, como a nacionalidade, a idade, o sexo, o nível de escolaridade e a sua categoria considerando o modelo da quintupla hélice, agente privado, público, ambiental, sociedade civil e academia, estando esta última distribuição representada na Figura 4.

Figura 4. Distribuição percentual dos elementos da quintupla hélice do grupo de entrevistados



Fonte dos dados: entrevista semiestruturada, 'Perceção dos *stakeholders* sobre o turismo na Guiné-Bissau', realizada de 13 de maio a 15 de outubro de 2022.

Relativamente ao sexo dos entrevistados, é observada uma enorme disparidade, com uma representação masculina de 81%, com 17 entrevistados, contrapondo-se a 19% do sexo feminino, com 4 entrevistas realizadas, sendo que 100% da representação feminina é correspondente à hélice da sociedade civil, mais concretamente turistas. A concentração de entrevistados do sexo masculino justifica-se pela estrutura social atual da Guiné-Bissau, onde as disparidades de género, em diversas esferas, ainda são uma realidade, o que se refletiu no contexto encontrado na cidade de Bissau, aquando da aplicação da técnica de investigação. Observou-se que, em todos os *stakeholders* visitados, como hotéis, agências de viagens ou empresas de transporte de passageiros, aquando do momento de visita para realizar a entrevista, apenas se encontravam presentes

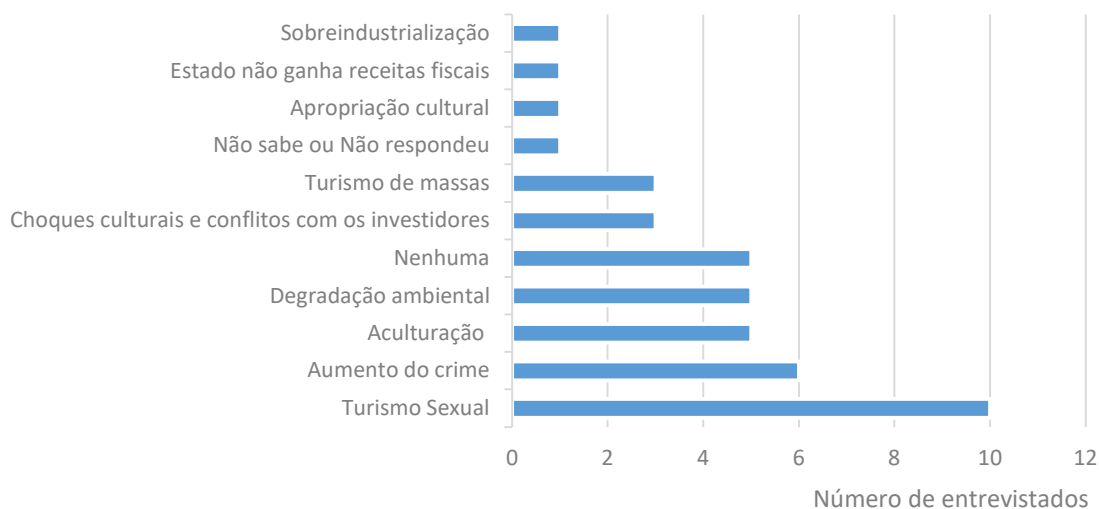
funcionários do sexo masculino, justificando-se assim a sua predominância no painel de entrevistados.

### Análise e discussão dos resultados

O guião da entrevista semiestruturada contou com um total de 23 perguntas de resposta aberta, permitindo a abordagem de qualquer tema que o entrevistado julgasse pertinente. Neste contexto, a questão do turismo sexual surgiu aquando da questão colocada aos *stakeholders* sobre as desvantagens do turismo para a Guiné-Bissau, cujas respostas podem ser consultadas na Figura 5, sendo esta a desvantagem mais referida, mencionada por 10 dos 21 entrevistados. Contudo, apesar do elevado número de respostas, a menção não é consensual, podendo a sua distribuição de resposta por elemento da quintupla hélice ser observada na Figura 6.

160

Figura 5. Perceção dos *stakeholders* sobre as desvantagens do turismo para a Guiné-Bissau.



Fonte dos dados: entrevista semiestruturada, ‘Perceção dos *stakeholders* sobre o turismo na Guiné-Bissau’, realizada de 13 de maio a 15 de outubro de 2022.

Nas menções ao turismo sexual por grupo de entrevistados, está patente a ausência de referências por parte de agentes ambientais e sociedade civil – turistas. Esta questão revelou-se uma preocupação para 4/4 dos inquiridos da academia, para 3/5 da sociedade civil, 1/5 dos agentes privados e 2/2 dos agentes públicos. Outro ponto importante a referir é a nacionalidade dos inquiridos, sendo que 100% das referências são de cidadãos de

nacionalidade guineense, realçando a diferença de percepção e/ou preocupação por parte da população local e dos seus visitantes e investidores, sendo que, neste último caso, é de salientar que nenhum agente privado e investidor estrangeiro entrevistado revelou apreensão para com este fenómeno social de conhecimento comum no país.

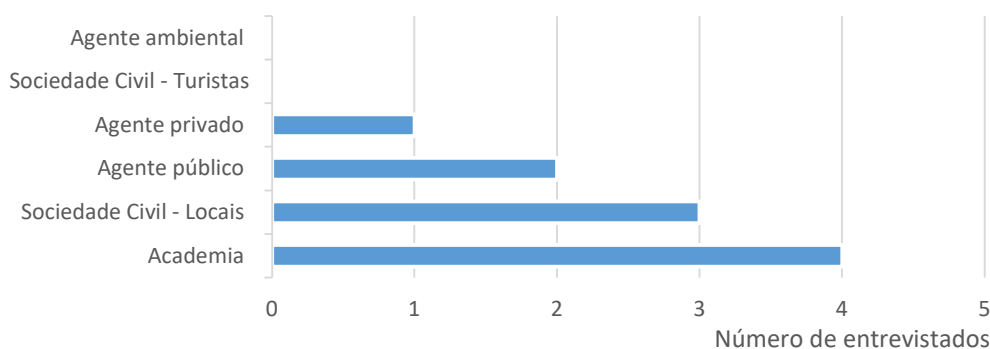
Vários são os testemunhos sobre o turismo sexual no país, podendo-se destacar o partilhado por um dos agentes públicos entrevistados.

*“Depois, outra desvantagem, é o turismo sexual e infantil. Como sabe, há muito pouca instrução académica no nosso país então, o turismo sexual tem ganhado força nos últimos anos. As famílias, com muitas dificuldades, até para alimentação, acabam por aceitar que os filhos se prostituam. Mesmo não o assumindo de forma oficial, acabam por incentivá-lo. Também há crianças que estão a trabalhar nos hotéis, que são violentadas, sem terem noção da realidade a que estão expostas. É um fenómeno que está a ser conhecido, que está a ganhar uma grande dimensão, e que exige uma postura das autoridades. Nós, como instituição académica, fazemos campanhas de sensibilização.” [E12, Bissau, 18 de maio de 2022]*

Outro testemunho, de um *stakeholder* integrado na hélice sociedade civil – local, igualmente relevante, salienta que, alegadamente, os investidores hoteleiros estrangeiros investem na Guiné-Bissau já com o intuito, previamente definido, de aliciarem este tipo de turismo.

*“Por exemplo, a maior parte dos empreendimentos são dos estrangeiros, que vêm aqui explorar as pessoas. Às vezes ouvimos, através da comunicação social, falarem de abusos sexuais, do turismo sexual. Muitas vezes, os estrangeiros aparecem aqui com o pretexto de virem construir escolas e centros de saúde, mas isso nunca acontece. Vêm construir o seu hotel e tirar lucro.” [E15, Bissau, 23 de agosto de 2022]*

Figura 6. Referência ao turismo sexual como uma desvantagem do turismo na Guiné-Bissau, por elemento da quintupla hélice.

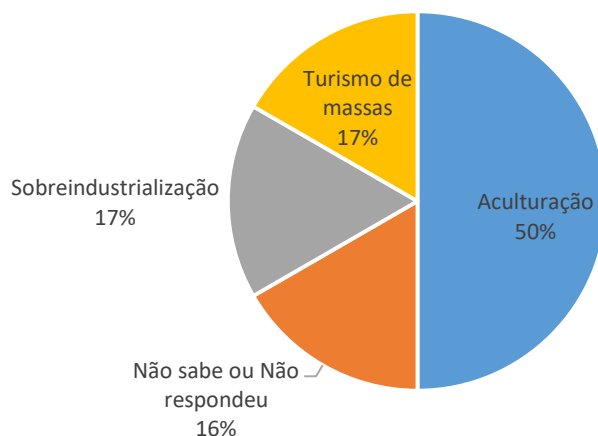


Fonte dos dados: entrevista semiestruturada, ‘Percepção dos *stakeholders* sobre o turismo na Guiné-Bissau’, realizada de 13 de maio a 15 de outubro de 2022.

Considerando a ausência de menções ao turismo sexual por parte da sociedade civil – turistas, como uma das principais desvantagens do turismo para a Guiné-Bissau, torna-se pertinente analisar isoladamente as suas respostas. Na Figura 7 constata-se, mais pormenorizadamente, as desvantagens referidas pela sociedade civil – turistas, grupo com opiniões mais distintas dos restantes entrevistados. É possível perceber a concentração de preocupações da sociedade civil – turistas relacionadas com a preservação do espaço, do modo de vida e das tradições, ou seja, com a proteção do destino idílico que procuram, podendo, inconscientemente ou não, sacrificar o bem-estar da população local e o seu desenvolvimento em prol da preservação sua experiência turística. Esta hipótese é apoiada pelos pontos fortes referidos pelo mesmo grupo de entrevistados que destacou a autenticidade cultural, a hospitalidade e o património natural.

Neste contexto, colocam-se hipóteses para a não menção do turismo sexual por parte desta hélice, como o desconhecimento, a despreocupação com os impactos sociais do turismo, a falta de sensibilização sobre o tema ou a abstração intencional, e que serão pertinentes para um estudo mais aprofundado.

Figura 7. Desvantagens do turismo para a Guiné-Bissau referidas pela sociedade civil – turistas



Fonte dos dados: entrevista semiestruturada, 'Perceção dos *stakeholders* sobre o turismo na Guiné-Bissau', realizada de 13 de maio a 15 de outubro de 2022.



## CONCLUSÕES

O turismo sexual, particularmente infantil, é uma prática que tende a persistir beneficiando de uma escassa atenção por parte da comunidade científica. Esta atividade, para além de atentar contra a dignidade do ser humano, contribui negativamente para o turismo, para o desenvolvimento sustentável do território, comprometendo a imagem dos destinos turísticos.

No caso da Guiné-Bissau o turismo sexual densifica-se no Arquipélago dos Bijagós, região com maior investimento turístico estrangeiro no país, com elevados níveis de pobreza e geograficamente isolada. Esta investigação conclui que apesar das consideráveis referências dos entrevistados, na Guiné-Bissau, relativamente ao turismo sexual como uma das desvantagens do desenvolvimento turístico no país, a sua menção não é consensual, destacando-se a ausência de respostas por parte dos agentes ambientais e da sociedade civil, dos turistas. Importa, contudo, referir que uma das limitações desta investigação é o escasso número de entrevistas e uma sub-representação deste grupo no modelo de quintupla hélice.

As causas enumeradas pelos entrevistados para o turismo sexual no país são a pobreza, o baixo nível de escolaridade e a fraca governança. Contudo, neste caso particular, seria relevante fazer uma avaliação da relação causa-efeito do turismo sexual na organização matriarcal da etnia Bijagó.

No âmbito do turismo sexual é muito importante que a jurisdição internacional permita a sinalização de cidadãos internacionais condenados por crimes de abuso sexual e facilite a sua condenação, lutando, assim, contra uma perpétua exploração do *Sul Global* por parte do *Norte Global*. Nos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento o turismo sexual deve ser incluído nas agendas de desenvolvimento sustentável do turismo. Tal pressupõe a criação de planos de ação que passem pela educação da população, pela criação de legislação nacional que criminalize estas atividades, bem como por um reforço e sensibilização das forças de segurança pública.

Muito importa continuar a desenvolver investigação científica nos países menos desenvolvidos, e no caso específico da Guiné-Bissau, sobre os constrangimentos ao seu desenvolvimento sustentável através do turismo, nomeadamente a identificar as vulnerabilidades decorrentes da dependência de capital e de interesses estrangeiros, que decorrem do limitado papel da governança e das DMOs. Os estudos de impacto do



desenvolvimento turístico deverão ser frequentes, considerando a enorme vulnerabilidade socioeconómica, sendo muito importante definir estratégias e medidas adequadas a cada contexto, devendo a academia ter neste particular um papel mais ativo junto destas mesmas comunidades. Estes estudos são essenciais para a promoção de um turismo mais responsável e sustentável nos países menos desenvolvidos, como a Guiné-Bissau.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. **Botânica**. Lisboa: Documenta, 2014.
- BAH, Y. M.; ARTARIA, M. D.; SUEN, M.-W. Child Sex Tourism: A Case Study in Surabaya, Indonesia. **Journal of Developing Societies**, v. 38, n. 1, p. 103–117, mar. 2022.
- BANDYOPADHYAY, R.; NASCIMENTO, K. “Where fantasy becomes reality”: how tourism forces made Brazil a sexual playground. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 18, n. 8, p. 933–949, 2010.
- BRYMAN, A. **Social research methods**. 4<sup>a</sup> Ed. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- CARTER, S.; CLIFT, S. (EDS.). Tourism, international travel and sex: themes and research. Em: **Tourism and Sex: culture, commerce and coercion**. 1a ed. Londres: Pinter, 2000. p. 6–19.
- CHEMIN, M.; MBIEKOP, F. Addressing child sex tourism: The Indian case. **European Journal of Political Economy**, v. 38, p. 169–180, 2015. DOI: 10.1016/j.ejpoleco.2015.02.005.
- ENTREVISTA de Samba Baldé com Iancuba DANSÓ. Novas denúncias sobre turismo sexual na Guiné-Bissau. **DW**, 10 de novembro de 2023. Acedido a 29 de dezembro de 2023.
- ECPAT, UNICEF. **Situational analysis of the commercial sexual exploitation of children in Thailand**. Bangkok, Koninklijke Brill NV, 2015. Acesso em: 16 fev. 2023.
- END CHILD PROSTITUTION, CHILD PORNOGRAPHY AND TRAFFICKING OF CHILDREN FOR SEXUAL PURPOSES. **Combating the trafficking in children for sexual purposes: questions and answers**. Amsterdam, ECPAT Europe Law Enforcement Group, 2006.



HEROLD, E.; GARCIA, R.; DEMOYA, T. Female tourists and beach boys. **Annals of Tourism Research**, v. 28, n. 4, p. 978–997, jan. 2001.

HOFISI, C.; HOFISI, M.; MAGO, S. Critiquing Interviewing as a Data Collection Method", **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 16, p. 60–64, 1 jul. 2014. DOI: 10.5901/mjss.2014.v5n16p60.

MARUCCIA, Y.; SOLAZZO, G.; DEL VECCHIO, P., *et al.* "Evidence from Network Analysis application to Innovation Systems and Quintuple Helix", **Technological Forecasting and Social Change**, v. 161, dez. 2020. DOI: 10.1016/j.techfore.2020.120306. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S004016252031132X>. Acesso em: 7 nov. 2022.

NEWMAN, W. J.; HOLT, B. W.; RABUN, J. S., *et al.* "Child sex tourism: Extending the borders of sexual offender legislation", **International Journal of Law and Psychiatry**, v. 34, n. 2, p. 116–121, mar. 2011. DOI: 10.1016/j.ijlp.2011.02.005. .

NYANZI, S.; ROSENBERG-JALLOW, O.; BAH, O., *et al.* "Bumsters, Big Black Organs and Old White Gold: Embodied Racial Myths in Sexual Relationships of Gambian Beach Boys", **Culture, Health & Sexuality**, v. 7, n. 6, p. 557–569, 2005.

O'CONNELL DAVIDSON, J. Sex tourism and child prostitution. Em: **Tourism and Sex: culture, commerce and coercion**. 1ª ed. Londres: Pinter, 2000. p. 54–73.

OZORIO, R. Z.; LIMA, D. V. **Turismo responsável nas Ilhas Urok, Guiné-Bissau - estudo de caso**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e Tiniguena - Esta Terra é Nossa! 2019.

PRUITT, D.; LAFONT, S. For love and money - romance tourism in Jamaica. **Annals of Tourism Research**, v. Vol. 22, n. 2, p. 422–440, 1995.

SPENCER, A.; BEAN, D. "Female sex tourism in Jamaica: An assessment of perceptions", **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 6, n. 1, p. 13–21, mar. 2017. DOI: 10.1016/j.jdmm.2016.10.002. .

TRAFFICKING IN PERSONS - U.S. DEPARTMENT OF STATE. **2022 Trafficking in Persons Report: Guinea-Bissau**. U.S. Department of State. [Governamental]. Disponível em: <https://www.state.gov/reports/2022-trafficking-in-persons-report/guinea-bissau/>. Acesso em: 24 nov. 2022.

TRAFFICKING IN PERSONS - U.S. DEPARTMENT OF STATE. **2023 Trafficking in Persons Report: Cambodia**. [Governamental]. Disponível em:

<<https://www.state.gov/reports/2023-trafficking-in-persons-report/cambodia/>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

"United States v. Hill 279 F. 3d 371". 2002.

VAZ CABRAL; G., HUBERT, P.; KATHAWALA, R. **Child sexual exploitation in travel and tourism: A guide to extraterritorial jurisdiction to hold perpetrators accountable in France**. [S.l.], Orrick, Herrington & Sutcliffe LLP, 2022.

VEAL, A. J. **Research methods for leisure and tourism**. 5ª Ed. ed. Harlow, United Kingdom, Pearson, 2018.

YANG, M. J. H., KHOO, C., YANG, E. C. L. "An art-based inquiry into the perception of tourism impacts on their quality of life: The case of Cambodian host-children.", **Journal of Travel Research**, v. 66, n. 8, p. 1801–1818, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/00472875221140414>.

YANG, M. J. H., YANG, E. C. L.; KHOO-LATTIMORE, C. Host-children of tourism destinations: Systematic quantitative literature review. **Tourism Recreation Research**, v. 45, n. 4, p. 1–16, 2019. <http://doi.org/10.1080/02508281.2019.1662213>